

Acta da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 8 de junho de 1972.

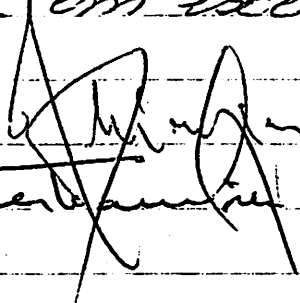
Os oito dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois, às nove horas da manhã, no Auditório do 20º andar do Anexo I da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Deputados Ulysses Guimarães Presidente, Laerte Vieira, Aldo Fagundes, Ney Ferreira, Virícius Consonção, Argilano Dário, Joel Ferreira, Amapolino de Faria, Jairo Buzim, João Menezes, Sílvio Barros, Tomáredo Neves, Círio Theodoro e os Senadores Danton Jobim, Ruy Carneiro, Franco Monteiro, Nelson Carneiro. Havendo número legal, o Sr. Presidente abre os trabalhos da presente reunião. Inicialmente esclarece quanto à escolha de um local definitivo para as reuniões da Comissão Executiva e que irá providenciar junto à Direção da Câmara dos Deputados para que cedesse aquele Auditório para as futuras reuniões. Em seguida, presta esclarecimentos sobre a documentação que encaminhou ao T.S.E. referente à V Convenção Nacional, a qual elegeu o Diretório Nacional, sua Comissão Executiva e aprovou o Estatuto, o Programa e o Código de Ética partidários. A Comissão Executiva, por unanimidade, resolve significar perante o País a admiração e o reconhecimento

ção pela conduta pessoal, política e parlamentar do Deputado Federal Freitas Diniz, que, com honra e patriotismo, têm em sua já longa vida pública prestado inestimáveis serviços ao Maranhão e o Brasil. O Sr. Presidente dá conhecimento a todos do estado de saúde do líder Pedroso Herclá e do Secretário-Geral Thales Ramalho, tendo os presentes se manifestado com júbilo pelos informes dados pelo Presidente e confiantes de que, em breve, as duas notáveis personalidades da vida pública do País retornarão às atividades políticas, partidárias e parlamentares. Em seguida, a Comissão aplaude a entrevista do Presidente Ulysses Guimarães e os discursos do Senador Nelson Carneiro e do Deputado João Meneses a propósito da declaração do Ministro da Fazenda e em defesa do Programa do M.D.B., reclamando que os trabalhadores e a classe média também se beneficiem com os resultados do desenvolvimento. Sobre o encontro de Curitiba, a Comissão solidariza-se com a histórica declaração de Curitiba, da responsabilidade dos Presidentes dos Conselhos Seccionais da Ordem dos Advogados do Brasil, na defesa das garantias e direitos individuais e retorno ao Estado de Direito, de que é síntese admirável o conceito de que "se é verdade que para o desenvolvimento são indispensáveis paz e segurança, não é menos verdade que não existem paz e segurança quando não há liberdade e justiça". O Sr. Presidente, ouvindo os presentes, recomenda ao líder Nelson Carneiro a inserção da Declaração de Curitiba nos Anais do Senado, como, por iniciativa do

líder Faio Beum, se fez na Câmara dos Deputa-  
dos. A seguir, fez considerações sobre as Comis-  
sões Mistas, recomendando que devam estar  
vigilantes no sentido de que aquelas Comissões  
se reunam efetivamente para discutir e votar  
matérias que lhes forem distribuídas. Por uma  
unanimidade, a Comissão, ouvindo os líderes Nelson  
Carneiro e Faio Beum, decide que a Oposição  
postule o restabelecimento da tradição parlamen-  
tar de lhe ser confiado, nas referidas Comissões  
o cargo de Presidente ou de Relator e não o de  
Vice-Presidente, como vem ocorrendo. O Sr. Sil-  
vío Barros sugere que se designe um coorde-  
nador para as Comissões Mistas e que a con-  
vocação dessas reuniões seja feita com ante-  
cedência de, no mínimo, setenta e duas horas.  
O Sr. Presidente solicita ao Senador Nelson Car-  
neiro que procure se informar da possibili-  
dade de entendimentos sobre o assunto. O Sr.  
Presidente designa o Deputado Brigadeiro Tur-  
co para coordenar, preliminarmente, a Comissão  
de Senadores e Deputados do M.D.B. que, com  
a participação de juristas e entidades do País,  
examinarão os Códigos que o governo anuncia  
enviará ao Congresso, bem como a sugestão  
dos líderes dos nomes que deverão integrar as  
Comissões Mistas, proporcionando-lhes elementos  
para o bom desempenho da atividade oposicio-  
nista. Com a palavra o Sr. Argilano Dario so-  
licita que a Comissão Executiva designe a  
Comissão Provisória para dirigir a Convenção  
Regional do Espírito Santo, tendo em vista que  
a anteriormente realizada não foi registrada.

da pelo T.R.F. Submetida a proposta, nos termos do art. 59 da Lei Orgânica dos Partidos, é a mesma aprovada, constituindo-se a referida Comissão dos seguintes nomes: Deputado Federal Argilano Dario, Deputado Federal Dirceu Cardoso, Deputado Estadual Luiz Batista, Deputado Estadual Hugo Borges, Deputado Estadual Américo Bernardes da Silveira e Srs. Helio Machado de Miranda e Wallace Vieira Borges, para, sob a presidência do Deputado Argilano Dario, organizar e dirigir, no prazo de sessenta dias, a Convenção Regional daquele Estado. O Sr. Presidente, a seguir, submetê a debates o problema suscitado por parte de cinco vereadores da Bahia, com respeito a uma moção que assinaram, de solidariedade ao Presidente da República, pela emenda constitucional sobre eleições indiretas para governadores em 1974, sendo aprovada a designação do Sr. Aldo Fagundes para relator do processo que irá apurar as declarações de votos daqueles vereadores, que infringiram o Programa do Partido, as decisões unânimes tomadas em todas as Convenções Nacionais do M.D.B., assim como pelas Bancadas na Câmara dos Deputados e no Senado Federal e pela Comissão Executiva Nacional. Com a palavra o Sr. Ney Ferreira, que solicita da presidência que as medidas que forem adotadas para os vereadores da Bahia sejam extensivas a todos aqueles que vêm praticando infidelidade partidária. O Sr. Presidente esclarece que a Comissão Executiva tomará todas as providências sobre as denúncias apresentadas, desde que

devidamente formalizadas com os respectivos  
documentos comprobatórios. A seguir, com a fa-  
lavra do Sr. Tomaz de Deus, que propõe serem  
cuídos os presidentes das diversas direções  
regionais do M.D.B., para se conhecer a situa-  
ção relacionada com o próximo pleito muni-  
cipal do corrente ano, mantendo-se na dispu-  
ta das eleições municipais, sendo a proposta  
aceita por unanimidade. Em seguida, por  
sugestão do Senador Franco Monteiro, a Comis-  
são delibera estudar a possibilidade de se cons-  
tituir uma Comissão Parlamentar de Inquérito  
para apurar os fatos e medidas fundamentais  
relativas ao Plano Nacional de Habitação. Na-  
da mais havendo a tratar, o Sr. Presidente  
encerra a sessão. E, para constar, foi levan-  
ta a presente ata, que assinam o Presiden-  
te e o Secretário geral em exercício.

Ally.  -  
Secretário

Ata da reunião da Comissão  
Executiva Nacional do Movimento  
Democrático Brasileiro, realizada em  
29 de junho de 1972.

Às vinte e nove dias do mês de junho de mil novecentos e setenta e dois, às onze horas da manhã, no Auditório do 20º andar, do Anexo I da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Srs. Ulysses Guimarães - Presidente, Danton Jobim, Aldo Fagundes, Laerte Vieira, Anapolino Ferreira, Joel Ferreira, Reynaldo Sant'Anna, Argilano Dario, Silvio Barros, Jairo Drummond, Tancredo Neves e Franco Montoro. Havendo número legal, o Sr. Presidente abs. os trabalhos da reunião, dando inicialmente, a palavra ao Deputado Aldo Fagundes, relator do processo referente à representação contra atitudes assumidas pelos Vereadores Jovival Evangelista, Aurelio Lisboa, Walter Leone, Demósthenes Paranhos e Raimundo Urbano, da Câmara Municipal de Salvador, Bahia, apresentando seu parecer no qual examinou escrupulosamente o aspecto legal em face dos Estatutos, do Programa Partidário e da Legislação Eleitoral, sendo, por unanimidade, aprovada a seguinte Resolução: "A Comissão Executiva do Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, por unanimidade, resolve

1. Aprovar o parecer do Deputado Aldio Fa-  
gundes referente às representações apresen-  
tadas contra o comportamento político de  
Vereadores do M.D.B. da Câmara Municipa-  
l de Salvador; 2. Determinar que o Dire-  
tório Municipal do M.D.B. de Salvador pro-  
ceda, no prazo máximo de 45 dias, ao in-  
dispensável inquérito, assegurando aos im-  
plicados ampla defesa e, apurada as res-  
ponsabilidades, tome as providências legais  
cabíveis, inclusive as que se referam aos  
deveres de disciplina e fidelidade parti-  
dária; 3. Remeter, ao referido órgão, após  
do parecer, documentos e da presente Reso-  
lucão, para os fins prestos no item ante-  
rior. Brasília 29 de Junho de 1972." Prosse-  
guindo, o Sr. Franco Monteiro submete à  
Comissão Executiva o "Projeto Anti Impacto"  
do qual consta as seguintes sugestões: a)  
Uma ou duas vezes por mes o M.D.B. reali-  
zará o debate concentrado de um tema econô-  
mico, social ou político, de interesse na-  
cional. b) - Esse debate nacional terá por  
cedido de estudo objetivo e documentado  
do tema, realizado por uma comissão  
partidária, com assessoria especializada.  
c) - O debate nacional terá, em regra, a  
duração de uma semana e será caractee-  
zado pela concentração de pronunciamentos  
e debates em torno do tema focado. Dele se  
ocuparão os representantes do Partido na es-  
fera Nacional, Estadual e Municipal, em  
todas as oportunidades que tiverem de u-



por a Tribuna e demais meios de comunicação. Os pronunciamentos serão em termos elevados, objetivos e fundamentais, para possibilitar o diálogo e o debate com representantes do governo. d) - Para esse fim a Comissão Executiva Nacional fixará os temas de debates, designará uma Comissão de coordenação e remeterei aos Diretórios, bem como às representações, estaduais e municipais, a documentação pesquisada e elaborada para base dos pronunciamentos e debates. e) - Para ampla divulgação da matéria, será solicitada a colaboração da Imprensa, cuja tarefa deverá ser facilitada mediante o fornecimento oportuno dos elementos levados ao debate. f) - Elaboração de um documento final pela Comissão Executiva Nacional sintetizando as conclusões em debate. Os temas sugeridos para o debate concentrados foram: 1) A distribuição da renda nacional, notadamente política salarial, política tributária, tarifas de serviços públicos e dívida externa. 2) Empresas multinacionais. 3) Propaganda e massificação. O Sr. Presidente, submeteu a proposta apresentada a debates, sendo a mesma aprovada por unanimidade. A seguir, o Sr. Argilans Davio comunica que foi constituído o Diretório Regional do Espírito Santo, através da Convenção Regional, realizada no dia 25 de junho do corrente ano. Solicita, ainda, que conste de ata, o que foi



67

Cita da reunião da Comissão  
Executiva Nacional do Movimento  
Democrático Brasileiro, reali-  
zada em 2 de maio de 1973.

Os dois dias do mês de maio de mil novecentos e setenta e três às de-  
zessete horas, no Auditório do 20º an-  
dar do Anexo I, da Câmara dos Deputa-  
dos, reuniu-se a Comissão Executiva  
Nacional do Movimento Democrático  
Brasileiro, presentes os seguintes mem-  
bros: Deputado Ulysses Guimarães -  
Presidente, deputados Reynaldo Souto  
Anna, Ney Ferreira, Aldo Fagundes,  
Amapolinc Faria, Udalberto Corrêa,  
Váerte Vieira e os Senadores Franco Min-  
to, Danton Jobim e Ruy Carneiro. For-  
ciando os trabalhos, o Sr. Presidência  
dá ciência da convocação dos Conselhos  
de Ética, Fiscal e Consultivo para os dias  
9, 10 e 16 do corrente mês, respectivamente,  
a fim de tratarem da eleição da direção  
dos referidos Órgãos. O Sr. Presidente, jun-  
to com os demais membros enalteceu o  
desempenho do líder Aldo Fagundes na  
Câmara dos Deputados. O Sr. Presidente  
relata, a seguir, os problemas que o Par-  
tido tem enfrentado por parte dos órgãos da  
censura. Fazendo retrospecto dos governos  
revolucionários, frizou que o atual é o  
que maior bloqueio vem exercendo ao de-  
sempenho da Oposição, com um maior cer-

as atividades Partidárias. Faltou sobre os pro-  
blemas surgidos no Amazonas e em Rorô-  
nia, os quais não foram tomadas quais-  
quer medidas e nem sequer divulgadas  
tais denúncias. Ainda sobre a censura,  
o Sr. Presidente faz referência ao ataque  
feito pelos jornais "O Estado de São Pau-  
lo", "Jornal da Tarde" e "Tribuna da Tribuna-  
pa" que têm sido constantemente obsta-  
culados em suas atividades. Fala, ainda,  
de uma nota do Partido, onde, relata fatos  
ocorridos no Amazonas e Rorônia que  
seu conteúdo foi censurado. Em face de tais  
graves acontecimentos, o M.D.B., através  
do Presidente e das Lideranças tem procu-  
rado se articular com o Senhor Ministro  
da Justiça, para protestarem contra esse  
estado de coisas, não conseguindo audi-  
ência do Ministro. Na ocasião, o Sr. Pre-  
sidente lê documentos que envia ao Sr.  
Ministro, através do Protocolo, uma vez  
que aquele Ministro não se pronunciou  
quanto a audiência solicitada. O teor dos  
ofícios é o seguinte: "Brasília, 26 de abril de  
1973. Senhor Ministro: A censura imposta  
à Imprensa, ao Rádio e à Televisão tem si-  
do denunciada à Nação e ao Governo pelo  
Movimento Democrático Brasileiro das Tri-  
bunas do Congresso Nacional, com funda-  
mento em cópiosa e não contestada com-  
provação. Ao invés de providências bene-  
ficiais do arbítrio, que desrespeita frontal-  
mente garantias protegidas pela Constitui-

ção Federal, pela Declaração Universal e dos Direitos do Homem e pela Tradição liberal que remonta ao Império, a Oposição registra a reiteração e o agravamento de atentados à livre manifestação do pensamento no Brasil, com ampla e furta repercussão no exterior. A prisão de jornalistas, a censura prévia do "Estado de São Paulo", do "Jornal da Tarde" e da "Tribuna da Imprensa", a aplicação de multas de fiscalização que redundarão por via indireta em inviabilizar a publicação e levar à ruína financeira órgãos como "O Pasquim", "Política" e "Opinião", eis práticas que se situam na escala da que, se não for corrigida, destruirá por completo a liberdade de imprensa no País. A atuação da Oposição tem sido profundamente comprometida pela censura a discursos, até de seus líderes no Senado e na Câmara, mesmo os referentes a comemorações históricas, como o unquentenário da morte de Rui Barbosa e a palestra do Presidente Nacional a propósito do centenário da Convenção de Itu, culminando com a interdição de Nota Oficial do Partido, decorrente de reunião da Comissão Executiva do Diretório Nacional. Semelhantes excessos, se fôrsem quivers, ameaçam tornar inexecutível o exercício da Oposição no Brasil, de vez que mesmo as manifestações de seus órgãos oficiais, de seu presidente e de seus líderes não

Atacam a opinião pública, o que não ocorre  
na com tal frequência e intensidade desde  
o advento do movimento militar de 1964.  
O Movimento Democrático Brasileiro não de-  
sertará do cumprimento do dever históri-  
co de esgotar os recursos parlamentares,  
legais e judiciais de que dispõe, para  
preservação de sua sobrevivência, que se  
identifica com as liberdades cercadas ou  
eliminadas. A Oposição confia que a fi-  
rmeza das denúncias não escapará à im-  
pulsividade de Vossa Excelência, como res-  
ponsável pela pasta da Justiça, homem  
público e jurista, a fim de que urgira no  
País a prerrogativa democrática da críti-  
ca e da fiscalização, efetivamente exercidas  
e livremente divulgadas. Respeitosamente,  
a. Ulysses Guimarães, pelo Diretório Nacio-  
nal do Movimento Democrático Brasileiro  
e Presidente e Thales Ramalho Secretário-  
Geral." "Brasília, 8 de maio de 1973. Sr.  
Ministério: No dia 26 de abril, o movimen-  
to Democrático Brasileiro, através do Presi-  
dente do seu Diretório Nacional, pessoal-  
mente solicitou audiência a Vossa Exce-  
lência, a fim de levar ao conhecimento  
do governo e pedir providências para as-  
sunto relevante e urgente, segundo seu  
entendimento. No mesmo dia 26 de a-  
bril, à noite, em encontro pessoal com  
Vossa Excelência, o Vice Presidente do  
Diretório Nacional do Movimento Democ-  
rático Brasileiro, Senador Danton Jo-

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 3 de abril de 1973.

Nos três dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas, no Auditório do vigésimo andar da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Deputado Ulysses Guimarães - Presidente; Senadores Danton Jobim, Nelson Carneiro, Franco Montoro e os deputados: Aldo Fagundes, Thales Ramalho, Vinícius Camarão, Arnáclino de Faria, Ney Ferreira, Joel Ferreira e Ario Theodoro. Havendo número legal, o Sr. Presidente declarou aberta a Sessão. Inicialmente, esclareceu aos presentes da necessidade de se convocar o Diretório Nacional, atendendo preceito Estatutário, além de se eleger os Conselhos Consultivos, de Ética e Fiscal e propor a criação dos Departamentos Trabalhista, Estudantil, Feminino, de Estudos e Pesquisas e o Subo-Brasileiro, este devido a participação dos portugueses na vida política do País, inclusive disputando eleições municipais. A Comissão Executiva deliberou convocar o Diretório Nacional para o dia doze de abril, às dez horas, no Auditório Nereu Ramos para, nos termos do Estatuto e do Código de Ética partidários eleger os referidos Conselhos e propor a criação dos Departamentos mencionados. A seguir, o Sr. Pre.

9  
sidente da ciência dos graves acontecimentos  
ocorridos no Estado do Amazonas em que  
se encontra envolvido o Deputado Estadu-  
al Francisco G. Queiroz, delegado do Partido  
junto ao Tribunal Regional Eleitoral na-  
quele Estado, que, no exercício de seu man-  
dato, foi vítima de inquérito policial. O  
Sr. Presidente submete à consideração dos  
presentes os ofícios dirigidos ao Presidente  
do Tribunal Superior Eleitoral - Ministro  
Rafael de Barros Monteiro e ao Presidente  
do Conselho Federal da Ordem dos Advoga-  
dos do Brasil - Dr. José Ribeiro de Castro  
Filho - no qual relata os fatos, solicitando  
as urgentes providências que o caso mere-  
ce, sendo os mesmos aprovados por una-  
nimidade. Os documentos pertinentes ao as-  
sumto se acham arquivados na Secretaria  
Geral do Partido. Pesequindo, o Sr. Presi-  
dente informa aos presentes sobre o processo  
em que se acha envolvido o Deputado Flo-  
rindo Coutinho o qual se encontra no Su-  
premo Tribunal Federal. A Comissão, con-  
siderando que o Congressoista foi processado  
por promunciamento feito da Tribuna da  
Câmara dos Deputados e esta será a primeira  
na decisão do Judiciário sobre os limites  
da inviolabilidade, que protege a atividade  
parlamentar, ainda com as indevidas res-  
trições da Constituição atual, decidiu cola-  
borar na defesa do referido Deputado, de-  
vez que a sentença em causa interessará  
fundamentalmente à Oposição. A Comissão

Executiva confirmou que os compromissos de advogado do Partido são referentes à sua defesa perante a justiça eleitoral, nas ações autorizadas pela direção partidária, constituindo a decisão quanto ao representante da Guanabara exceção, face sua singularidade. O Partido é impossibilitado de ampliar a defesa em todos os casos por inexistência de recursos. A seguir, foi lido o apelo dirigido ao Poder Legislativo pela Sociedade Rural Brasileira de São Paulo e pelos participantes do IV Encontro Cafeeiro, realizado em Guaxupé, bem como as considerações formuladas na Câmara dos Deputados, em sessão realizada pela Comissão de Agricultura, com a presença das entidades de classe dos Torrefadores e Moagem de Café, sobre os problemas que preocupam a economia cafeeira, consubstanciado nos seguintes itens principais: 1) O confisco cambial, que em lugar de ser letifante, foi recentemente majorado; 2) Tabela mento irreal sobre o café no varejo, incompatível com o nível de preço do produto em grão, gerando calamitosa situação para os torrefadores; 3) Preço de garantia do café no mercado interno. Para estudo e encaminhamento da grave questão, que atinge o principal produto de exportação do País, inclusive para entendimentos no legislativo com as lideranças da Arena, foi designada a seguinte Comissão: Deputado Pacheco Chaves - Coordenador - Tomaz de Neves,



01  
Oliver Gabardo, Alencar Furtado, Argilberto  
Dario, Suarez Bernardes e Hamilton Xerez.  
Dando prosseguimento, o Sr. Presidente da  
conhecimento das representações formula-  
das pelo Diretório Regional de Partido, no  
Território de Rondônia e encaminhadas pe-  
lo Deputado Jerônimo Santana, contra a  
extensiva atuação de Governadores daque-  
le Território, Coronel Theodorico Gaya,  
no sentido de aliciamento partidário, com  
abusivo preavalecimento do cargo que ocu-  
pa. Semelhante prática prejudica e cria  
na suspensão a administração, constitu-  
indo mais um deplorável caso de censo-  
rável e parcial ingerência de Governado-  
res na vida política e eleitoral das uni-  
dades da Federação. A seguir, o Sr. Presi-  
dente comunica que o ex-Deputado Sil-  
vio Barros pediu seu desligamento da Co-  
missão Executiva Nacional, pois, por for-  
ça da lei, não poderá mais fazer parte  
do referido órgão, uma vez ter sido ele-  
to prefeito de Maringá, no Estado do Pa-  
raná. O Sr. Presidente, fala, a seguir, so-  
bre o Fundo Partidário e solicita do Sr.  
Tesoureiro, Deputado Ario Theodoro, que  
mantenha contato com as entidades em-  
carregadas do assunto, a fim de verifi-  
car as promissões, diga, providências que se  
precisa adotar, para efeito de liberação  
da verba. A respeito das Comissões Mis-  
tás, foi encarecida a iniciativa dos lide-  
res Deputados Aldo Fagundes e Senador Nel-

por Carneiro, tendo como coordenador o Depu-  
tado Jesé Benício Neto, no sentido de se  
aplicar aos lugares o critério da profor-  
cionalidade, protestando a Comissão pela  
destinação apenas de cargos de Vice-Presi-  
dentes daquelas Comissões. O Sr. Presidente  
junto com os demais membros, manifestou  
sua grande satisfação pela eleição do Depu-  
tado Aldo Fagundes, para líder do Partido  
na Câmara Federal, bem como a reeleição  
do Senador Nelson Carneiro para a fide-  
lidade no Senado Federal, com o testemunho  
de dedicação, bravura e discernimento com  
que vêm desempenhando suas atribuições.  
O Sr. Presidente, em nome da Comissão Exe-  
cutiva, designou o Senador Franco Montoro  
para, junto às lideranças do Partido na  
Câmara dos Deputados e no Senado Fede-  
ral, fazer um levantamento das temas  
para debate no Congresso Nacional. A Co-  
missão Executiva manifestou votos de pro-  
fundo pesar pelos falecimentos dos compa-  
nheiros deputado Rubens Berardo e depu-  
tado estadual Alcides Teixeira. Não havendo  
mais assunto a ser tratado, o Sr. Presiden-  
te encerra a presente reunião. E, para  
constar, foi lavrada a presente ata, que a-  
sinaam o Presidente e o Secretário Geral.

Ampl. R

J. M. L. L.

07  
não se conseguiu lograr o êxito esperado.  
Na ocasião, submetê a consideração dos  
membros da Comissão Executiva Nacional  
os 7 (sete) nomes que deverão compor o Co-  
missão Provisória de Mato Grosso que são  
os seguintes: Srs. Adone Collaco Sotória,  
Cecílio de Jesus Gaeta, Cleomeres Nunes da  
Cunha, Walter de Castro, João Cordeiro, Ju-  
arez Marques Batista e Frank Alves Cabral,  
reccundo a presidência da Comissão no no-  
me do Sr. Adone Collaco Sotória. Submeti-  
dos os nomes, acima indicados, a votação,  
foram os mesmos aprovados por unanimi-  
dade. Continuando, o Sr. Presidente declara  
que a Comissão Executiva Nacional delibe-  
rou adotar como seus os relatórios e pro-  
jetos do Programa, Código de Ética e Estatú-  
tos partidários, coordenados pelos relatores  
designados, e informou que o Regimento  
Interno das Convenções estava redigido em  
sua forma final, tendo sido o mesmo a-  
provado, determinando a sua publicação,  
para cumprimento das exigências legais.  
Nada mais havendo a tratar, foi encerra-  
da a presente reunião. E, para constar, foi  
lavrada a presente ata que assinam o Pre-  
sidente e o Secretário-Geral.

Adone Collaco Sotória  
Frank Alves Cabral

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada no dia 6 de abril de 1972, para lavatura do termo de registro de chapas a membros e suplentes do Diretório Nacional.

Aos seis dias do mês de abril do ano de mil novecentos e setenta e dois, mandei lavar este termo de registro de chapas de candidatos a membros e suplentes, no Diretório Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, os quais foram apresentados perante esta Comissão Executiva Nacional, no termo e no prazo estabelecidos pela Lei Orgânica do Partido Político, não tendo, quaisquer deles, sofrido nenhuma impugnação. O compromisso das chapas é a seguinte, pela ordem de colocação: chapa Unidade - Ulysses Guimarães, Osvaldo Passos, Imaral Peixoto, Aldo Fajundes, Laerte Vieira, Sívrio de Barros Anapolino de Faria André Franco Montoro Tancredi Bares Danton Yotim, Gius Theodoro Agileno Dario, Ruy Ferreira Vímícius Casanheira, Thales Ramalho, Ruy Carmine, Henrique Alvis, João Menezes, Abel Ferreira Ruy Lino, José Mandelli, Pedro do, José Freire, Lino de Mattos, Renato Agudo, Erasmo Martins Pedro, Brígido Timão, Gernino Figueiredo Benjamin Farah Reynaldo Sant'Anna, Camilo Roqueira da Janna, Adalberto Camargo Walden Lopes, Pedro Faria, Victor Tosler, José Burnett, Graeme Santo R. de Silva, Dager Sena, Carlos Genti-

nis da Libra, Walmi Dares de Moraes, Walter  
Batista, Adone Sottoria, Joao Pajuean Santa  
Maira, Lucimar Amorim Del Castillo, Hilton  
Jama, Harry Saur, Jorge Fereaz, Olimir Jatardo,  
Jairo Buum, Suplentes: Gulson Carneiro, Joao Pahe  
co Chaves, Francisco Libardoni, Bezerra de Araujo,  
Alberto Farinas, Celso Testa, Dirceu Cardoso, Petio-  
nio Figueiredo, Rossini Lopes da Fonte, Leo Simoes Pei-  
xoto Filho, Volly Jover, Livio Abreu, Geraldo Graujo,  
Luiz Mattos, Jose Maranhao Pereira da Libra,  
Manoel Ferreira dos Santos. Fiscal: Laerte  
Vieira. Chapa - Josaphat Ramos Marinho, Gu-  
terres Pass de Andrade, Aurelio Viana, Jose Carlos  
Mesquita Teixeira, Padre Jose de Souza Neto, Li-  
pâneas Dias Maciel, Francisco Amaral, Jose  
Alencar Furtado, Alceu de Deus Collaus, Domingos  
de Freitas Diniz Neto, Nadyr Rossetti, Jeronimo Jer-  
cia de Santana, Severo Maria Eulalio, Marcos  
de Barros Freire, Marcondes Hiran Benvides  
Gadelha, Jose Santilli Sobrinho, Fernando  
Kunha Junior, Fernando Joao Lyra, Anteris  
Coelho Pontes, Julio Costa de Viveiros, Petilio  
Pereira Dias, J. G. de Graujo Jr, Walter Sil-  
va, Pedro Lucena Dias, Fernando de Jama e  
Souza, Amaury Muller, Lauro Pereira Rodrigues,  
Carlos Albert Cotta, Joao Juarez Bernardes, Ori-  
nis Pontes, Alvaro Luis Caselanti, Walson Lopes  
Alves, Jaibas de Andrade Vasconcelos, Ma-  
noel Jose de Andrade Netto, Lelio Sousa,  
Sidonio Tanton, Lincoln Gillo, Aldo Hernan-  
des Santos, Leo Riffel, Jose D'Assuncao Bran-  
da, Dario de Paiva Sampaio, Julio Alves de  
Graujo, Heilderic Oliveira, Paulo Vieira de

Melo Filho, Antonio José do Nascimento, Newton Ma-  
cedo Campos, Manoel Inoquena Filho, Maria  
Guarafa de Aguiar Moraes Corrêa e Pedro  
Girolamo Malarini. Para Suplentes: José Tru-  
tes Sobre, Francisco José Pinto dos Santos,  
Fátio Fonseca e Silva, Clodoaldo de Oli-  
veira Campos, Edgard Moury Fernandes  
Sobrinho, Isaac Rubens Brito Dias, Sebastião  
Rodrigues de Sousa Junior, Lino Cleidias B.  
Miranda, Marcos Wellington de Castro Ti-  
to, Heleio de Jesus Silva, José Bruno dos  
Santos, Marcos Antonio Soares da Cunha,  
Bernardino Dias de Sousa Cruz, Vímicius  
Pitágoras Gomes, Antonio Rubens Lara, Haroldo  
Lopes Costa e Ronaldo Jaime. E para  
constar, mandei lavrar o seguinte termo  
que vai assinado pelo Presidente e pelo  
Secretário-geral.

Atip. (21) -

Luiz Carlos

0/0

Ata da reunião da Comissão  
Executiva Nacional do Movimento  
Democrático Brasileiro, realizada em  
9 de agosto de 1972.

Os nove dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e dois, às onze horas da manhã, no Auditório do 20º andar do Anexo I da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Srs. Ulisses Guimarães - Presidente, Thales Rammalho, Ney Ferreira, Joel Ferreira, Jacete Vieira, Aldo Faqundes, Amapolino de Faria, Sílvio Barres, João Mendes, Ario Theodoro, Ruy Carneiro, Franco Montoro, Nelson Carneiro, Argilano Dario e Tarcido Neves. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente, juntamente com todos os membros da Comissão Executiva, manifesta jubilo pela volta do Secretário-Geral, Deputado Thales Rammalho, já em franca recuperação. A seguir, a Presidência, ouvidos os presentes, decide nomear uma Comissão Especial, composto dos Srs. Franco Montoro, Tarcido Neves, Amanny Miller, Sílvio Barres e Manoel Freire, a fim de estudar todos os temas nacionais levantados pelo Governo e discutir-los no Senado e na Câmara dos Deputados. Esses temas versam sobre três pontos principais: 1º) Política Salarial, Distribuição de Renda, Mercado de Capitais; 2º) Empresas Multinacionais e 3º) Massificação e Propaganda. O Sr.



Presidente encarece a todos os membros do Partido para que apresentem sugestões sobre os temas, solicitando que a Secretaria-Geral providencie os referidos expedientes. A Comissão Executiva decide, também, que se deverá organizar, através da Secretaria-Geral, um setor encarregado de enviar aos Diretores Regionais, Municipais, Federações nos Assembleias Legislativas e Câmaras Municipais, os discursos, entrevistas, pronunciamentos e demais trabalhos considerados pela Comissão Especial. recém constituída. Em seguida, o Sr. Presidente comunica que já está sendo impresso o Estatuto, o Programa e o Código de Ética partidários, a fim de, no menor prazo possível, poder remeter a todos os elementos do Partido, inclusive sugerindo fosse feita uma versão para o inglês do documento em causa, para ser enviado a todos os partidos políticos no exterior, sendo a proposta aceita pela presentes. É aprovada, a seguir, por unanimidade, a nota distribuída pelo Sr. Presidente Ulysses Guimarães, sobre as providências tomadas pela Direção Nacional contra violências e pressões sofridas por elementos do MDB, no Estado de Goiás, notadamente em Anápolis. O Sr. Presidente pede a todos os combatentes que, através das Tribunas da Câmara dos Deputados e do Senado Federal e de todos os meios de que dispomos, protestem contra todas as arbitrariedades sofridas pelo MDB. Em seguida, o Sr. Presidente dá conhecimento a todos que

vrajari na próxima sexta-feira, para  
Matão fixo, a fim de examinar as ra-  
zões e a possibilidade de se organizar  
o Diretório Regional naquele Estado, para  
que o Partido possa concorrer às próxi-  
mas eleições. Fala, ainda, que recebeu um  
vite da Ordem dos Advogados do Brasil -  
Seção de Mato Grosso, para fazer um pro-  
nunciamento sobre o Conselho dos Direi-  
tos da Pessoa Humana, tendo acito com  
a palavra, o Sr. João Moraes propõe que  
sejam denunciadas por todos os Diretórios  
Regionais e elementos do MDB as pressões  
rápidas durante a campanha eleitoral.  
A seguir, com a palavra, o Senador Nel-  
son Carneiro faz uma exposição sobre o  
projeto do Governo, de fiscalização finan-  
ceira que vem limitar ainda mais o Po-  
der Legislativo, lendo alguns trechos do  
Substituto que vai apresentar ao refe-  
rido projeto. O Sr. Presidente pede ao Sena-  
dor Nelson Carneiro que envie à Presidên-  
cia do Partido os elementos necessários, a fim  
de que se possa adotar as mesmas provi-  
dências na Câmara dos Deputados, dando  
conhecimento aos Estados das decisões to-  
madas. Com a palavra, o Deputado Silvio  
Barros tece algumas considerações sobre o  
próximo pleito, comunicando sua decisão  
de concorrer à Prefeitura de Maringá, e  
conclamando a todos para que sejam oti-  
mistas e partam para a luta. A seguir, o  
Sr. Arió Theodoro solicita que a Comissão

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 9 de março de 1972.

Aos nove dias do mês de março de mil novecentos e setenta e dois, às quinze horas, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Thales Romalho, Ario Theodoro, Tancredi Neves, Fernando Gama, Nadyr Rossetti, Aldo Fagundes, Jaerte Vieira, Arnafolino Faria, Adalberto Sena, Nelson Carneiro, Franco Monteiro e Jairo Brum, com líder do Partido na Câmara dos Deputados, em substituição ao deputado Pedrosa Horta, que se encontra enfermo. Havendo número legal, o Sr. Presidente dá início aos trabalhos, os quais se destinam a aprovação e votação do Regimento Interno, para a organização da próxima Convenção Nacional do Movimento Democrático Brasileiro a realizar-se em 23 de abril do corrente ano. O Sr. Presidente esclarece aos presentes das dificuldades encontradas para a elaboração do documento, uma vez que se verificaram muitas falhas na nova legislação Eleitoral, tendo a presidência estado em contato permanente com o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, a fim de dirimir tais divergências. Fala, a-

inda sobre a publicação do Programa e do Estatuto do Partido, se quais se forem publicados totalmente nos jornais de grande circulação onerará muito o Partido, que atualmente não está em condições de dispor de tão alta soma. Explicou também que manteve contato com o Presidente do T.S.E., Ministro de Educação, que achou viável a sugestão de se publicar nos jornais apenas um aviso, ficando a publicação de toda a matéria a cargo da Imprensa Oficial. A seguir, voltou à apreciação do Regimento Interno, o Sr. Presidente dá a palavra ao Deputado Aldo Tagundes que elogiou o trabalho apresentado, fazendo apenas algumas considerações sobre o § 4º do art. 33, o qual se prende à organização das drapas. Falaram ainda sobre o mesmo assunto o srs. Jaerte Vieira e Fauro Brum que aprovavam em princípio o projeto, achando viável, que se deveria corrigir algumas falhas. Assim sendo, o Sr. Presidente submeteu o Projeto de Regimento Interno das Convenções a votação dos presentes, os quais aprovaram por unanimidade de, nomeando, no entanto, uma Comissão de tres membros composta dos srs. Jaerte Vieira, Tancredo Neves e Nadyr Rossetti, para, dentro de 48 horas fazer uma revisão quanto a forma do documento, uma vez que o mesmo sido aprovado. Prosseguindo, o Sr. Presidente faz uma exposição da atual situação do Partido com as dificuldades que a Direcção Nacional está encontrando

por parte de grupo denominado "autêntico", para a composição de uma chapa única para o Diretório Nacional e Comissão Executiva. Como Presidente, acentua, que entende se deveria fazer uma chapa de harmonia, com a participação de todas as correntes e que as dificuldades e discordâncias deveriam ser trazidas à Direção Nacional. Acentua que se não se atende a todos é porque não se pode e não porque não se quer, uma vez que a estrutura do Partido assim o exige. Se partirmos para um desentendimento nada construiremos. Formulou apelos para que todos unam seus esforços, a fim de possibilitar a sobrevivência do Partido. Trazou, ainda, da dificuldade na composição do Diretório, pois que a Lei determina que 25 dos lugares sejam destinados as representações dos Estados e Territórios. Nada mais havendo a tratar, o Sr. Presidente encerra a reunião. E para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário-geral.

Antônio Carlos  
L. Silva

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada no dia 3 de abril de 1972.

Os três dias do mês de abril de mil novecentos e setenta e dois, os vinte e duas horas, na sala da Presidência, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os senhores: Ulysses Guimarães - Presidente, Adalberto Silva, Franco Montoro, Jaerte Vieira, Tancredo Neves, Aldo Fagundes, Arnapolino de Faria, Fernando Gama, Nelson Carneiro, Thales Romalho e Ario Theodoro. Havendo nisto no legal, o Sr. Presidente, abrindo os trabalhos, explica aos presentes os motivos da reunião, a qual se destina ao cumprimento de dispositivo na legislação Eleitoral, referente ao recebimento das chapas concorrentes à eleição do Diretório Nacional, perante a Convenção que se realizará no dia 23 de abril próximo, bem assim da designação de uma Comissão Provisória para a Constituição do Diretório Regional de Mato Grosso, nos termos de telegrama convocatório. Inicialmente, o Sr. Presidente dá conhecimento a todos dos nomes das duas chapas concorrentes ao Diretório Nacional. Em seguida, faz um relato das dificuldades que a Direção Nacional encontrou em compor o Diretório Regional de Mato Grosso e que apesar de todos os esforços

aprovado pelos presentes, o estabelecimento  
a propósito da nota publicada na Imprensa  
se referente a realização de plebiscito e  
suas eleições indiretas, que a mesma não foi  
de sua autoria. Nada mais havendo a  
tratar foi a sessão encerrada às quinze  
horas. E, para constar, foi lavrada a pre-  
sente ata que assinam o presidente e o  
2º Secretário, no exercício da Secretaria. pub.

Ally Pim -  
Tantambun.



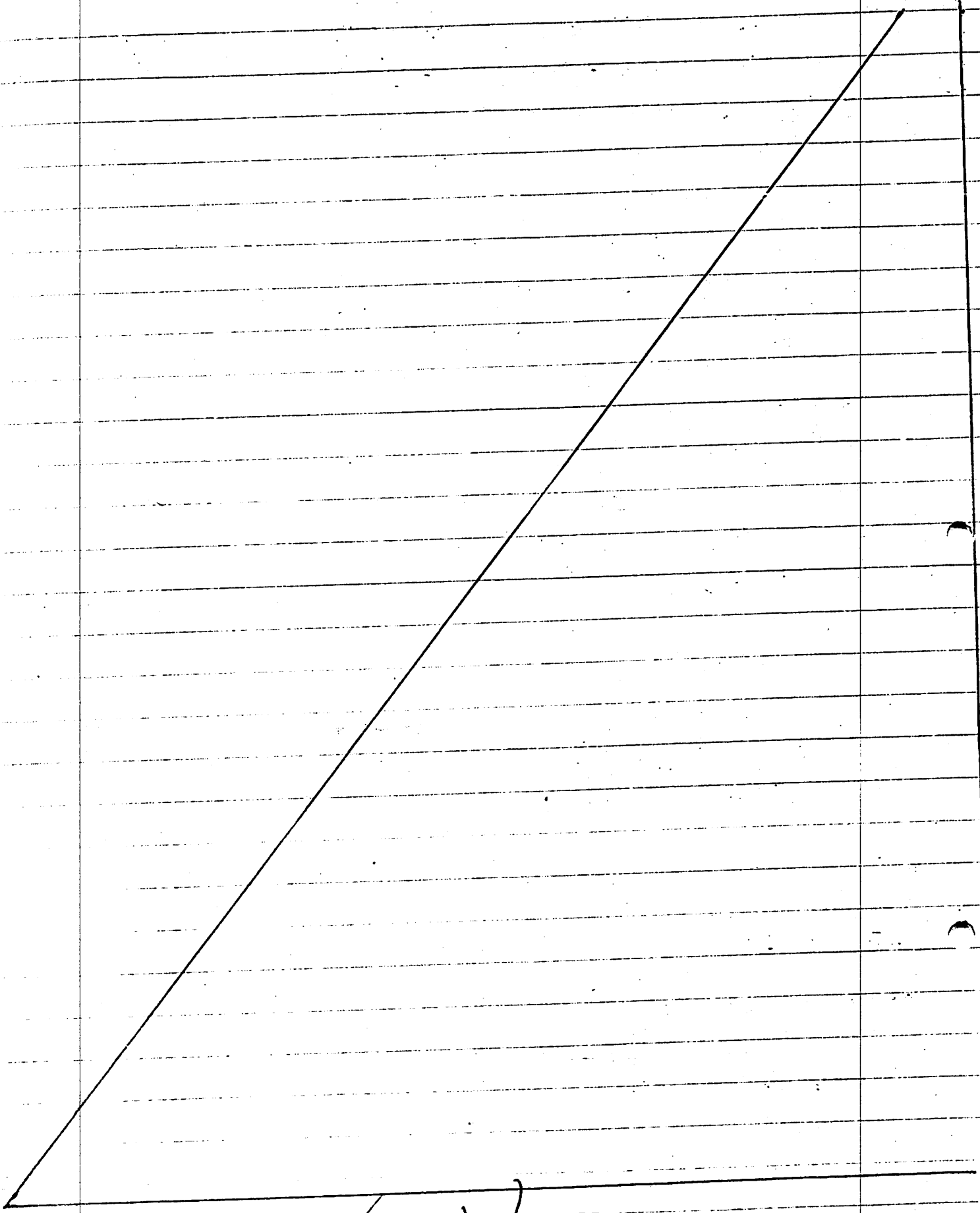
Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, realizada em 10 de julho de 1972

Aos dez dias do mês de julho de mil novecentos e setenta e dois às 10 horas da manhã na sala da Comissão de Orçamentos, no Palácio Tiradentes, na cidade do Rio de Janeiro, Estado da Guanabara, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Srs. Mlysses Guimarães - Presidente, Nelson Carneiro, Jairo Brum, Danton Jobim, Reynaldo Santana, Learte Vieira, João Menezes, Silvio Barros, Afio Theodoro, Tancredo Neves e Rui Carneiro. Havendo número legal, o Sr. Presidente deu início aos trabalhos, concedendo a palavra ao Deputado Learte Vieira, para que exporia a situação do registro do Partido no Tribunal Superior Eleitoral. Discutida a matéria decidiu a Comissão, por unanimidade, proceder ao ajuste mecânico das representações municipais, incluindo-se as Seções de Amapá e Roraima, as quais não figuravam na composição do Diretório Nacional. Cumprida, assim, a diligência exigida pelo Tribunal, para atendimento no parágrafo 1º do artigo 55 da Lei nº 5682/71, o Diretório Nacional ficou assim constituído: Deputado Mlysses Guimarães - São Paulo, General Oscar Passes - Acre, Senador Amaral Peixoto - Rio de Janeiro, Deputado Aécio Fagundes - Rio grande do Sul, Deputado Learte Vieira - Santa Catarina, Deputado Silvio

de Barros - Paraná, Deputado Anacleto de Faria -  
Goiás, Senador André Franco Montoro - São Paulo,  
Deputado Tancredi Neves - Minas Gerais, Senador  
Danton Jobim - Guanabara, Deputado Ário Theodoro  
- Rio de Janeiro, Deputado Argilano Davi - Espírito  
Santo, Deputado Ney Ferreira - Bahia, Deputado Vi-  
micius Camarçães - Alagoas, Deputado Thales Ramo-  
elo - Pernambuco, Senador Ruy Carneiro - Paraíba,  
Deputado Henrique Alves - Rio Grande do Norte, De-  
putado João Meneses - Pará, Deputado José Ferreira  
- Amazonas, Deputado Ruy Saino - Acre, Depu-  
tado José Mandelli - Rio Grande do Sul, De-  
putado Pedro Ivo - Santa Catarina, Deputado  
José Freire - Goiás, Prof. Saino de Mattos - São  
Paulo, Deputado Renato Azeredo - Minas Gerais,  
Dr. Erasmo Martins Pedro - Guanabara, Deputa-  
do Brígida Tinoco - Rio de Janeiro, Argemiro Fi-  
gueiredo - Paraíba, Senador Benjamin Farah -  
Guanabara, Deputado Reynaldo Sant'Anna - Gua-  
nabara, Camilo Nequeira da Gama - Minas Ge-  
rais, Deputado Adalberto Camargo - São Paulo,  
Deputado Waldir Lopes - Rio Grande do Sul, João  
Pepican Santa Maria - Roraima, Prof. Joka-  
phat Marinho - Bahia, Deputado Paes de An-  
drade - Ceará, Dr. Aurélio Vianna - Alagoas,  
José Carlos Teixeira - Sergipe, Deputado Padre No-  
bre - Minas Gerais, Deputado Bisâneas Manoel -  
Guanabara, Deputado Francisco Amaral - São Pau-  
lo, Deputado Alencar Furtado - Paraná, Deputado  
Alceu Collaris - Rio Grande do Sul, Deputado  
Fruetas Diniz - Maranhão, Deputado Nadyr  
Rossetti - Rio Grande do Sul, Jerônimo San-  
tana - Rondônia, Deputado Severo Eudálio

Picauí, Deputado Marcos Figueira - Pernambuco, Deputado Antonio Pontes - Amapá, líder da Bancada no Senado Federal e o líder da Bancada na Câmara dos Deputados. Suplentes: Senador Nelson Carneiro - Guanabara, Deputado João Pacheco Chaves - São Paulo, Deputado Francisco Albardoni - Santa Catarina, Deputado Bezerra de Noroês - Guanabara, Deputado Alberto Lavinhas - Rio de Janeiro, Celso Fista - Rio Grande do Sul, Deputado Dirceu Cardoso - Espírito Santo, Deputado Petrónio Figueiredo - Paraíba, Rosário Lopes da Fonte - Guanabara, Deputado João Simões, Guanabara, Deputado Rexete Filho - Rio de Janeiro, Deputado Nelly Jones - Rio Grande do Sul, Deputado Freitas Nobre - São Paulo, Deputado Francisco Pinto - Bahia, Deputado Fábio Fonseca - Minas Gerais, Deputado Clodoaldo Campos - Bahia, Edgard Henry Fernandes - Pernambuco. Prosseguiu os trabalhos, constante da pauta, a seguir o Dep. Ulysses Guimarães determinou que cessasse da ata da presente reunião, a atuação do Dep. Leante Vieira, no exercício da Secretaria Geral, junto ao Tribunal Superior Eleitoral, relativamente ao processo de registro do Diretório Nacional. Com a palavra o Senador Nelson Carneiro fez o discurso pronunciado pelo Sr. Presidente da República, em 3 de julho corrente, propondo que a entrevista sobre o mesmo divulgada, pelo Presidente Ulysses Guimarães, se transformasse em Nota Oficial do Partido. A proposição foi aprovada unanimemente. A seguir o Senador Danton Gobim, visando a mobilização partidária para o pleito de 15 de novembro, propôs

a aprovação de resolução que firmava e intercedia  
rio de personalidades do partido entre os diversos es-  
tados, de modo a dar assistência aos contingentes  
rios do interior. Na discussão da matéria falaram os  
Deputados João Nunez, João Brum, Seloio Barros,  
Reynaldo Sant'Anna e o senhores senadores Ruy Cu-  
neio e Nelson Carneiro. Foi aprovada a proposta. O  
Sr. Presidente determinou a expedição de telegrama ma-  
nifestando a família do Dep. Wilson Keches, em cujos  
funerais o partido se fez representar pelo Dep. Caetano Vi-  
eira e João Brum, as expressões do profundo pesar  
da direção partidária. Comunicou o Sr. Presidente a  
intenção do líder Pedrosa Horta de reanunciar em  
5 de agosto vindouro o seu posto de liderança parti-  
dária, manifestando o juízo que isto traz ao Par-  
tido, ocasião em que espera também contar com a  
presença e prestimosa trabalho do Secretário Geral,  
Dep. Thales Ramalho. Recomendou o Sr. Presidente  
a expedição de telegramas aos Diretórios Regionais,  
relativamente a elaboração do calendário de vi-  
sitas e concentrações, que se realizarão, com vis-  
tas ao pleito do corrente ano. O senhor Dep. Re-  
naldo Sant'Anna, em nome do Diretório Regio-  
nal da Guanabara, agradeceu a realização da  
reunião nesta cidade, bem como, ofereceu os serviços  
deste órgão e da bancada da Guanabara em auxí-  
lio à direção nos trabalhos eleitorais. O Sr. Pre-  
sidente agradecendo a honrosa presença do senador  
Amaral Peixoto e dos deputados Bezerra de Norões  
e Régido Tinoco, bem como de todos os membros  
de Comissão Executiva e dos representantes de  
impunse, e, como nada mais houvesse a tra-  
tar, declarou encerrada a presente sessão, de-



~~Allyson~~  
Allyson

qual, para com o seu trabalho a fazer o seu  
com o trabalho a fazer o seu  
em exercício.

Ata da reunião da Comissão  
Executiva Nacional do Movimento  
Democrático, realizada no dia 3 de  
agosto de 1972.

Às três dias do mês de agosto de mil novecentos e setenta e dois, às dezessete horas, no Auditório do 20º andar do Anexo I da Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, presentes os seguintes membros: Srs. Ulysses Guimarães - Presidente, Franco Montoro, Danton Jobim, Joel Ferreira, Ruy Carneiro, Jacete Vieira, Círio Theodoro, Aldo Fagundes, Jairo Guim, Ney Ferreira, João Moraes, Anapolino Faria, Nelson Carneiro. Iniciando os trabalhos, o Sr. Presidente esclarece que a reunião foi convocada para que a Comissão Executiva Nacional tome as medidas necessárias para a solução do problema da Bahia, frisando ser o assunto de grande urgência, tendo em vista as prazos fatais das próximas eleições municipais e que caso não forem tomadas imediatas providências as eleições não poderão se realizar, visto não existir Diretório Regional organizado naquele Estado. Esclarece que a Direção Nacional sempre procurou tudo fazer para a melhor solução do caso, inclusive já tendo constituído anteriormente Comissão Provisória, sem que isso diminísse as dificuldades. Esclarece

mais que a decisão do Diretorio Regional da Bahia está "sub judice", aguardando julgamento do agravo no recurso interposto para o Tribunal Superior Eleitoral. Expõe que não fossem as próximas eleições municipais, com prazo até 27 de agosto para escolha dos candidatos, poder-se-ia aguardar a referida decisão. Assim sendo, será necessário a designação de uma Comissão Provisória que poderia revalidar os pedidos de registro dos Diretorios Municipais e designar delegados para realizar as convenções para escolha de candidatos, dando condições legais para que o Partido, naquele Estado, concorra as próximas eleições. Com estas razões o Sr. Presidente suscita o assunto a discussão. Após prolongados debates, onde falaram os Srs. Joel Ferreira, Jaerle Vieira, Ney Ferreira, Anapolino Taria, João Menezes foi aprovada a proposta do Deputado Joel Ferreira para a formação paritária da Comissão Provisória devendo ser a mesma composta de tres (3) membros de cada facção e um membro do Estado da Guanabara, por estar, digo, não estar este Estado concorrendo ao proximo pleito. Abstém-se de votar o Deputado Ney Ferreira por ter sido seu nome proposto para compor a referida Comissão. Com a palavra o Senador Nelson Carneiro pede permissão para indicar o nome do Senador Danton Jobim que com sua autoridade e como Vice-Presidente da Comissão Executiva Na-



10  
sinal seria a pessoa indicada para tão  
ardua missão, sendo a proposta aplaudi-  
da e aprovada, por todos os presentes. O  
Senador Danton Jobim, aceitando o convite,  
agradece a deferência de sua indicação. O  
Sr. Presidente enaltece a figura do ilustre  
Senador, e diz que sua indicação muito  
honraria ao Partido e que com isso esta-  
rá prestando um serviço de alta relevân-  
cia, do qual jamais poderemos nos esque-  
cer e, que sua presença será a maior ho-  
menagem que poderíamos dar à causa  
da Bahia. Ficou então assim constitui-  
da, por decisão unânime, a Comissão  
Provisória da Bahia: Senador Danton Jo-  
bim - Presidente, Deputado Ney Ferreira,  
Deputado João Borges, Deputado Francis-  
co Pinto, Deputado Estadual Cleodaldo  
Campos, Deputado Estadual Abelardo Ve-  
loso e o Sr. José Oduque Teixeira, para  
com a competência de Diretório e de Co-  
missão Executiva Regional, organizar e di-  
rigir, no prazo de sessenta dias, a Con-  
venção Regional naquele Estado, nos ter-  
mos do artigo 59 da Lei Orgânica dos Par-  
tidos Políticos. Antes de encerrar a reunião  
o Sr. Presidente e a Comissão enaltece-  
ram a alta compreensão, espírito par-  
tidário e dedicação do Deputado Ney  
Ferreira, seu ilustre membro, pela va-  
liosa contribuição dada à solução do pro-  
blema político baiano. Nada mais ha-  
vendo a tratar, o Sr. Presidente encer-

ria a reunião às dezenove horas e trinta minutos. E, para constar, foi lavrada a presente ata que assinam o Presidente e o 2º Secretário, no exercício da Secretaria-Geral.

*Allyrio de Brito*  
*Secretário*

Ata da reunião da Comissão  
Executiva Nacional do Movimento  
Democrático Brasileiro, realizada  
em 24 de agosto de 1972.

Nos vinte e quatro dias de mês de agosto de mil novecentos e setenta e dois, às onze horas da manhã no gabinete do Senador Nelson Carneiro, no Senado Federal, reuniu-se a Comissão Executiva Nacional, presentes os Srs.: Ulysses Guimarães - Presidente, Jecio Menezes, Virgílio Camanção, Ruy Carneiro, Thales Romalho, Danton Jobim, Nelson Carneiro, Arno Theodoro e Franco Monteiro. Havendo mínima legal, o Sr. Presidente inicia os trabalhos, prestando os seguintes informes: Primeiramente, fala sobre a sua ida a Mato Grosso onde encontrou grande motivação por parte dos dirigentes locais os quais tudo tem feito para organizar o Diretório Regional e concorrirem ao próximo pleito. Adiou que o MDB tem possibilidades de vencer em quatro grandes municípios, onde constatou muito esforço e otimismo. Em seguida, falou sobre a conferência que proferiu, a convite da Ordem dos Advogados do Brasil - Seção de Mato Grosso - sobre os Direitos da Pessoa Humana, onde foi assistido por mais de 600 pessoas, inclusive as mais expressivas autoridades, juizes, promotores etc., tendo recebido de mostração de apreço que muito o sensibilizaram. Continuando, o Sr. Presidente camen-

tã a incoerente declaração prestada na Tribuna da Câmara dos Deputados pelo Deputado Nina Ribeiro, que surpreendeu a todos, quando leu um documento que recebia, sem assinatura, acusando o Deputado Fernando Cunha do M.D.B. de foias, de ter tido o apoio dos comunistas nas últimas eleições. Teceu, a seguir, elogios sobre o discurso do Deputado Lisaneas Maciel, refutando aquelas declarações. Diante dos fatos, de tanta parcialidade para o Partido e mais ainda para o Congresso Nacional, o Sr. Presidente procurou ontem mesmo o Deputado Pereira Lopes - Presidente da Câmara dos Deputados onde manifestou em nome do Partido, seu protesto e inquietação em termos de instituição, uma vez que para ser feita tal denúncia, deveria esta ter vindo devidamente formalizada e sendo tanto o Presidente como o líder do Partido e o Presidente da Câmara sido comunicados previamente, visto se tratar de tão séria acusação. O Sr. Presidente esclareceu mais que conversou com o Deputado Fernando Cunha, profundo que seu discurso de deslealdade fosse encampado pelo Partido. A seguir, o Sr. Presidente dá conhecimento a todos da prisão do vereador Efraim Campos, onde lamenta que toda vez que se realizam eleições surjam tais fatos doloráveis. Falou, ainda, que tem dado toda assistência possível àquele vereador, inclusive destacando o Deputado Dias Mirões, a fim de verificar os fatos e tomar as providências cabíveis.

veis. Lê, em seguida, certidões da Ordem Política e Social, do Poder Judiciário, do Juízo Federal e das Autoridades Militares, que declararam nada constar contra o Sr. Ephraim Campos sendo de estranhar a sua prisão. Em seguida, com a palavra o Sr. Venício Lamsaranis que presta informações sobre a intervenção, por parte do Diretório Regional de Alagoas, ao Diretório Municipal de Porto Real do Colégio, onde de há muito o Presidente daquele Diretório vem dando total apoio aos candidatos da Arena. Esclarecem sobre as medidas adotadas pelo Diretório Regional que, inclusive convocou reunião extraordinária para a solução rápida que o caso assim requeria. O Sr. Presidente lê, a seguir, ofício do Deputado João Borges, agradecendo sua indicação para a Comissão Provisória da Bahia, mas que infelizmente não poderia aceitar aquela incumbência. Com a palavra o Senador Danton Jobim, na qualidade de Presidente da Comissão Provisória da Bahia, que faz um relato sobre a situação naquele Estado e das providências que ali foram tomadas. Inicialmente, disse que procurou o Deputado Clodoaldo Campos e o Deputado Abelardo Veloso, tendo mantido vários contatos e feito um apelo para que ambos o ajudassem naquela missão, a fim de acabar de vez com as divergências e partirmos para a luta das eleições municipais. Falou, também, com o Sr.

Oduque Teixeira que, juntamente com os demais membros da Comissão Provisória, se prontificou em ajudá-lo. Expediu várias ordens para delegados especiais e adreçou a Convenção, para a organização do Diretório Regional, no dia 10 (dez) de setembro próximo. Sobre o problema do Diretório Municipal de Salvador ressaltou que, apesar de já estar organizado, havia um problema de ordem legal, uma vez que o município atingiria uma população superior a um milhão de habitantes, estando, assim, obrigado a realizar nova Convenção, com a participação do Diretório Regional, ficando escolhido o atual Presidente do Diretório Municipal para presidir a referida Convenção. Solicitou, ainda, junto ao Tribunal Regional Eleitoral a homologação dos Diretórios Municipais que já se achavam constituídos. Teceu elogios à TV da Bahia que lhe deu a mais ampla cobertura. O Sr. Presidente agradeceu e emalteceu em nome da Comissão Executiva, a atuação do Senador Danton Jobim, que, com sua habilidade e sua maneira espontânea, muito tem colaborado como Partido. A seguir, o Senador Nelson Carneiro fala sobre o projeto de fiscalização que vem limitar ainda mais o poder legislativo e encarece aos Companheiros da Câmara dos Deputados, a fim de retardar o projeto, para que possa lutar pelo projeto que apresentou. Na-

da mais havendo a tratar, o Sr. Presidente agradece a presença de todos e encerra a sessão. E, para constar, foi lavada a presente ata que assinam o Presidente e o Secretário geral.

Depoimento  
X  
X  
X



Ata da reunião da Comissão  
Executiva Nacional do Move-  
mento Democrático Brasileiro  
realizada em 11 de outubro de 1972.

Aos onze dias do mês de outubro de mil novecentos e setenta e dois, às dez horas, na sala do Presidente, situada na Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva do Movimento Democrático Brasileiro, convocada pelo Presidente Ulysses Guimarães, para confirmar a designação da Comissão Provisória nomeada pelo Partido para, pela inexistência do Diretório Regional da Bahia, fazer-lhe as regras e da Comissão Executiva municipal, nos termos da lei que diz respeito à constituição dos Diretórios Municipais, realização das eleições municipais de 15 de novembro próximo e prática dos atos necessários à eleição, em convocação Regional, do Diretório Regional do Movimento Democrático Brasileiro na Bahia. O Senador Danton Jobim, em circunstâncias relativas foi feito à Comissão Executiva, como Presidente da referida Comissão Provisória, informou que praticamente a mesma incumbência da missão que lhe fora atribuída quanto à eleição dos Diretórios Municipais e lançamento das candidaturas a Prefeitos e Vereadores, visando a realização da eleição a 15 de novembro e a posterior convocação da Convocação Regional para a eleição do Diretório Regional no Estado da Bahia. Na oportunidade, o Senador Danton Jobim também esclareceu que

10  
a opinião unânime dos parlamentares e con-  
sultados foi no sentido da Com-  
issão Regional no pleito de 15  
de novembro, entre outros ponderáveis moti-  
vos, porque seria mais equívoco realizar um  
concluse dessa magnitude coincidentemente com  
a campanha municipal. A Comissão Executi-  
va, pois, com fundamento no art. 59 da  
Lei Orgânica dos Partidos, confirma a Comis-  
são Provisória anteriormente nomeada, de-  
signando-a por mais 90 (noventa) dias, com  
a seguinte constituição: Senador Danton  
J. Sim - Presidente, Deputado Francisco Pin-  
to, Deputado Rui Fereira, Deputado João Borges,  
Deputado Clodoaldo Campos, Deputado Odu-  
gê Teixeira e Deputado Abelardo Veloso. O  
Senhor Presidente informou à Comissão Execu-  
tiva a elaboração de 35 (trinta e cinco) pales-  
tras sobre temas partidários, que serão en-  
viadas aos Diretórios Regionais e Municipais,  
como contribuição à campanha por comícios,  
rádio e televisão. A Comissão Executiva,  
por unanimidade, aprovou a iniciativa, que  
demonstra o interesse e a atenção com que  
a direção partidária acompanha e partici-  
pa do pleito municipal. Nada mais havendo  
a tratar, o Presidente encerrou a reunião,  
às 12 horas. E, para constar, foi levada a  
presença até que assinam o Presidente e  
o Secretário-geral.

Dep. do P. M. -  
João Borges

Ata da reunião da Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro realizada no dia 23 de novembro de 1972.

Aos vinte e três dias do mês de novembro de mil novecentos e setenta e dois, presentes os senhores Deputados Ulysses Guimarães, Afilano Davio, Aldo Fajundes, Vinícius Canseco, Sílvio Barros, Anapólinos de Faria, Fausto Vieira, Joel Ferreira e os senhores Senadores Danton Jobim e Ruy Carneiro, reuniram-se a Comissão Executiva Nacional do Movimento Democrático Brasileiro, no Auditório do edifício anexo do Anexo I da Câmara dos Deputados, sob a Presidência do Deputado Ulysses Guimarães. Iniciando os trabalhos, o Presidente submeteu à votação a ata da reunião anterior, realizada no dia onze de outubro de mil novecentos e setenta e dois, que é aprovada sem restrições. Com seguida, lê um documento assinado por cinquenta e três Deputados, pelo qual é solicitada a convocação de uma reunião do Diretório Nacional, a fim de que seja submetido a debate do órgão dirigente do Partido o problema do próprio conhecimento de liderança, dos discursos a serem pronunciados por Deputados, quando feitos em nome dela, e comunica que, apesar de a referida convocação ser automática

tiça, pois é previsto no Estatuto do Partido, fez a devida publicação, convocando os seus membros, através de telegrama, para o próximo dia trinta de novembro, na sala da Comissão de Economia, tendo incluído na pauta dos trabalhos, um item referente às últimas eleições. O Deputado Saetti Vieira toma a palavra para comunicar que convocou uma reunião da Bancada, para o dia vinte e nove de novembro, véspera da reunião do Diretório Nacional, para que seja debatido o assunto em foco, já que é problema que se situa na área da Bancada. Retomando a palavra, o Presidente afirma que a Comissão Executiva fez tudo que pôde no sentido de colaborar para o êxito das eleições municipais e que houve vitória do MDB, apesar dos pessimistas, dados as circunstâncias de luta. Conclui a presença de todos os componentes da Comissão Executiva que acha indispensável a reunião do Diretório Nacional, onde haverá oportunidade de se debater amplamente os resultados do pleito. Ocorre, em seguida, um longo debate, no qual tomam parte todos os presentes, com referência a "versura" argumento usado no documento de consolidação dos cinquenta e três Deputados, chegando-se à conclusão de que este assunto deve ser debatido na reunião da Bancada. Fala, a seguir, o Deputado Joel Ferreira lembrando que, pelo atual Regimento Interno da Câmara dos Deputados, não existia

te a figura do Deputado falar em nome da  
Liderança e que este só pode usar da pe-  
lavra como Vice-Líder. O Deputado Fil-  
rio Barros, eleito Prefeito de Maringá, in-  
terviém para solicitar que seja registra-  
da em ata a importância do compareimen-  
to do Presidente Ulysses Guimarães e do Sena-  
dor Franco Montoro na campanha eleito-  
ral de Maringá. Que, com sua presença,  
consequiram constituir o MDB de quela  
região, principalmente na quela municí-  
pio, onde o MDB lutou com 16 contra  
32 candidatos da ARENA. Com segui-  
da, o Deputado Guri Lino Dairo pede, tam-  
bém, seja registrado, em nome do Dire-  
tório Regional do Espírito Santo, a grande  
contribuição do Presidente Ulysses Guimá-  
rães, comparecendo à quela região durante a  
campanha eleitoral. Nada mais havendo  
a tratar, o Presidente encerra a reunião, às  
dez horas e trinta minutos. E, para  
constar, foi lida a presente ata, que  
assinam o Presidente e o secretário-geral.

Ulysses Guimarães  
Secretário-geral

Ata da reunião da Comissão Executiva do Inocuidade Democrática Brasileira, realizada em oito de janeiro de 1973.

Aos oito dias do mês de janeiro de mil novecentos e setenta e três, às dezessete horas, na Sala do Presidente, situada na Câmara dos Deputados, reuniu-se a Comissão Executiva do Inocuidade Democrática Brasileira, convocada pelo Presidente Ulysses Guimarães, nos termos do art. 59 do seu Estatuto, para decidir sobre a prorrogação por mais vinte dias, a contar do dia oito de janeiro do corrente ano, da Comissão Provisória nomeada pelo Partido para, pela insistência do Director Regional da Bahia fazer-lhe as peças, e da Comissão Executiva respectiva assim constituída, membros Dan'ton Jardim - Presidente, Deputado Francisco Pinto, Deputado Rui Ferreira, Deputado João Borges, Deputado Cleóvaldo Campos, Deputado Oduvaldo Teixeira e Deputado Abelardo Veloso. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a reunião às dezessete horas e, para constar, foi lavrada a presente Ata que assinaram o Presidente e o Secretário-Geral.

Ulysses Guimarães  
Dan'ton Jardim

dificadas pelo órgão daquela Justiça, e não houve um pedido de intervenção. Só após a decisão da Justiça é que a Direção Nacional poderá abrir vista e designar assim um relator. Entende o Sr. Jaerte Vieira que a Comissão Executiva só poderá deliberar depois de um pronunciamento da Justiça da Bahia. Contradizendo as palavras dos três oradores anteriores faz uso da palavra o Sr. Deputado Aldo Fagundes, que entende o problema dever ser resolvido na esfera estadual, pois cada dia cresce mais e se agrava, trazendo, com isso, para a Comissão Executiva Nacional uma ansiedade intranquilidade. Em seguida, fala o Deputado Anapolino Faria que reconhece a opinião dos oradores, estando de acordo com a tese levantada pelo Deputado Jaerte Vieira. Com a palavra o Deputado Nadyr Rosselli lamenta discordar da preliminar, entendendo que o Diretório da Bahia se não dissolver. Não existindo, na sua opinião, aquele Diretório, por falta de número, visto que com apenas sete membros não podiam deliberar sobre uma maioria de trinta. Sugere a nomeação de uma Comissão provisória pela Comissão Executiva Nacional. A seguir, o Deputado Argilano Davim defende a tese do Deputado Nadyr Rosselli, achando também que não existe atualmente o Diretório da Bahia. Fala, a seguir, o Deputado Aris Theodoro que lamenta a discussão de assunto tão



delicado, firmando, entretanto que não a-  
cha justo se jogar a responsabilidade  
para a Comissão Executiva Nacional,  
uma vez que o caso já foi entregue à es-  
fera do Judiciário, estando, também, de-  
cidiendo com a preliminar do Deputado  
Jaerte Vieira. Em seguida, o Sr. Presiden-  
te dá a palavra ao Deputado Pedroso An-  
ta que exibindo os documentos apre-  
sentados pelas partes litigantes, enten-  
de que Recurso via judiciária não tran-  
ca a esfera administrativa. E diz que na-  
da proibe que assim se proceda. Sua opi-  
nião é a vista dos documentos apresen-  
tados e dos textos da lei que regem a ma-  
téria. Expõe o seguinte: 1.º) que a ata a-  
presentada, a seu ver, é absurda. Na  
sua opinião o Diretório está dissolvido, vis-  
to não poder se reunir com menos de de-  
zesseis membros. Há, portanto proibição  
legal e estatutária. Aquelle Diretório,  
é claro, que se reuniu e não o poderia  
fazer, e muito menos preencher vagas e  
eleger suplentes. Tala, ainda, que na ata  
consta os débitos de alguns dirigentes e  
que as importâncias estavam com o Secre-  
tário-Geral, achando, na sua opinião tudo  
o que foi deliberado, um tremendo absurdo.  
Apresenta documento exibido pelo Depu-  
tado Francisco Pinto que atesta a quita-  
ção dos nomes dos supostos devedores. E  
friza, se nada devem, como se justifica que  
sele-membros se reunam e completem o Di-

retório. A sua tese é a que está no Estatuto e na Lei - o Diretorio Regional da Bahia auto-dissolveu-se, deplorando toda aquela situação. Em seguida, fala o Deputado Thales Ramalho que pede desculpas para divergir do nome Deputado Pedroso Horta, entendendo que é privativo da Justiça Eleitoral a solução da medida, estando de acordo com a preliminar do Deputado Laerte Vieira. Não havendo mais oradores, o Sr. Presidente submete a votos dos presentes a preliminar levantada pelo Deputado Laerte Vieira, a fim de que a Comissão Executiva Nacional aguarde a manifestação da Justiça Eleitoral. Fazendo a chamada nominal votaram sim, isto é, pela preliminar, os Srs. Deputados Thales Ramalho, Laerte Vieira, Anapolino de Faria, Orio Theodoro, Senador Adalberto Sena, com restrições, por ser a preliminar mais favorável no momento, embora achando que há outras opiniões que mereçam o debate, Deputado Argilano Dario também com restrições. Votaram não os Srs. Aldo Fagundes, Nadir Russetti e Pedroso Horta - que esclarece ter votado, não como fidei, mas como membro da Comissão Executiva Nacional. O Sr. Presidente proclama o resultado: votaram sim - seis membros e não - três membros. A preliminar foi aprovada. Concluindo, a Comissão Executiva Nacional expediu nota à imprensa das deliberações que foram apresentadas na reunião. F,

Ordem mais travendo a tratar, o Sr. Presi-  
dente encerra os trabalhos da presente reu-  
nião que, para constar, foi lavrada a pre-  
sente ata que assinam o Presidente e o  
Secretario-geral.

Mely de Lencastre -  
A. M. de Lencastre